

Laboratórios acadêmicos de pesquisa e extensão, políticas urbanas e prática profissional

Maria Lucia Refinetti Martins
LabHab FAUUSP - malurm@usp.br
Texto apresentado ao XI Encontro Nacional
da ANPUR. Salvador, 23-27 maio 2005

Com um déficit de moradias urbanas equivalente a 14,5% do total do parque existente e um percentual de moradias precárias ainda maior (1), as cidades no Brasil acumulam situações de exclusão econômica com exclusão territorial, o que se torna mais evidente nas grandes cidades, em que condições precárias se confrontam com os ícones e requisitos do capitalismo globalizado. Para abranger a dimensão dessa exclusão se faz necessário olhar a cidade em dois níveis: o da esfera visível, em que se inserem as ações diretas do poder público: produção de habitação, saneamento, transportes; e o da esfera invisível – das transferências de renda que a própria estrutura urbana engendra.

À parte as demandas mais evidentes – como escolas, postos de saúde, pavimentação, expressas como reivindicação ou apresentadas como proposição nas oportunidades como orçamento participativo, pouco se conhece quanto ao impacto de políticas urbanas sobre a sociedade e sobre a economia. Se a alíquota do ICMS sobre o frango ou sobre os eletrodomésticos muda, cedo se percebe o impacto no consumo. De certo modo o mesmo ocorre no transporte público quando ocorre elevação de tarifa. Mas, se a frequência desse mesmo transporte é reduzida, seus efeitos são de muito mais difícil percepção. Do mesmo modo, se uma operação imobiliária desloca o “centro” de atividades em determinada direção, é difícil expressar o que a região ou o restante da cidade se beneficia ou perde com isso.

Nesses termos, o propósito do texto é discutir a relação entre Política Urbana e a contribuição que a Universidade, em sua especificidade de formação e de produção de conhecimento pode oferecer na compreensão e enfrentamento do tema.

A reflexão é de que as Políticas Urbanas, considerada a natureza própria da Cidade, tem um imenso potencial capaz de favorecer ou restringir processos de inclusão social. Além disso, a específica competência municipal de “planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”, tem implicações não somente territoriais, impactando fortemente a Economia e a Sociedade.

Um vez que o acesso à cidade e seus serviços e mercado de trabalho depende do acesso a seu território, de assentar-se, o tema do acesso à moradia é fundamental. Entre os diversos agentes envolvidos nesse processo, deve ser incluída a Universidade, cuja responsabilidade e especificidade no campo da pesquisa e da formação tendo em vista a ampliação da qualidade e quantidade da habitação de interesse social é evidente. A Habitação de Interesse Social é tema francamente multidisciplinar, abrangendo desde a tecnologia, ergonomia, condições sociais, administrativas e todo o circuito econômico em que se insere o setor da construção civil e da urbanização. O papel social da Universidade é, no entanto, muito mais amplo que sua dimensão diretamente voltada à capacitação. Espera-se dela que seja capaz de contribuir na qualificação da questão da Habitação de Interesse Social e em sua inserção nas Agendas nacionais e macro-regional da América Latina.

Qualificar a questão significa emprestar-lhe um conteúdo, enraizamento, e um modo de olhar. A “Questão da Habitação” tem variado ao longo do tempo. Assim como a “Questão Ambiental” vem se construindo recentemente, nas esferas internacionais e nacionais, particularmente após a Eco 92 e a constituição da Agenda 21, no plano da Habitação de Interesse Social o quadro não é tão claro. Não que os desafios da Agenda 21 estejam amplamente implantados, como bem atestam as avaliações de Joanesburgo 2002, que observam terem sido quase insignificantes os avanços na década. Seu equivalente urbano, produzido em 1996 em Istambul como Agenda Habitat, foi talvez mais frágil na construção de uma “Questão” e ainda assim, contempla elementos mais amplos, de entendimento francamente ambíguo, que na prática deram margem muito mais a articulações e modelos “de mercado” para o desenvolvimento urbano, com um olhar na “competitividade global” do que propriamente à “habitação de interesse social”.

É nessa perspectiva que se desenvolve o presente texto, cuja motivação original remonta ao ano de 2003, quando da realização das Conferências da Cidade (municipais, estaduais e nacional), que levariam à eleição do Conselho da Cidade. Conforme sua Lei de criação, o Conselho da Cidade é composto de modo tripartite, entre representantes do Poder Público, Sociedade Civil e Movimentos Populares Urbanos. A oportunidade de participar desse processo, estando vinculada à Universidade suscitou o interesse na reflexão e no debate quanto ao papel, nesse contexto, da Universidade, de seus quadros, do tipo de conhecimento que produz e da formação que propicia. O tema da configuração do papel e da representatividade dos setores acadêmicos foi o motor da reflexão, como se verá, ao longo do texto.

O modelo de gestão de Políticas Públicas com Conselhos formados com representação da sociedade data da Constituição de 1988, que o explicita para os setores de Educação e Saúde, tendo por referência original a concepção do SUS, de cobertura universal e integração entre os três níveis de poder. A Lei Orgânica da Assistência Social contempla princípios semelhantes.

No plano urbano, diversos Municípios começam, a partir de 1982, com o início da abertura após o regime militar, a estruturar Conselhos Municipais, dos quais, o de Orçamento Participativo teve maior divulgação. Relativamente à questão urbana, a figura de Conselho chega ao nível nacional com o Estatuto da Cidade, em 2001 – Lei 10.257 e MP 2.220. Sua efetiva criação se dá em 2003, como Conselho Nacional das Cidades, no âmbito da criação do Ministério das Cidades. A proposta de criação de um Fundo Nacional de Moradia data de 1991, apresentada como Projeto de Lei de Iniciativa Popular, que se encontra ainda hoje em tramitação.

A composição do Conselho Nacional das Cidades, conforme aprovado na Conferência Nacional das Cidades e estabelecido no Decreto Federal que dispõe sobre sua composição e funcionamento (Dec 5.031/2004), é de 70 membros. A identificação desses setores e respectivas representações foi um debate construído ao longo de centenas de Conferência Municipais, Conferências Estaduais e finalmente a Conferência Nacional, com mais de três mil participantes.

A reflexão quanto à específica natureza das Instituições e o teor da representação aportada por seus representantes foi um enorme exercício e esforço em cada um dos segmentos. Abordo no presente texto algumas reflexões pertinentes ao segmento Sociedade Civil – que envolveu sindicatos (trabalhadores e patronais), ONGs, entidades de profissionais, acadêmicas e centros de pesquisa. Se do ponto de vista da

representatividade política, chegou-se a deliberações através de voto, resta um rico debate quanto a natureza de cada tipo de instituição, a vinculação entre elas e o tipo de contribuição que podem aportar. Particularmente direciono a discussão para o setor acadêmico, no qual me envolvo.

Formulando as questões

Desde as formulações de Engels (2) sobre a questão da habitação, o mundo transitou pelo movimento moderno, pelos governos socialistas, pela reconstrução européia pós-guerra e o Keynesianismo. Segue-se a “Pós-modernidade” e o Consenso de Whashington, substituindo a concepção de Políticas Públicas, universais, pelo de políticas sociais com o caráter de “redes de proteção social”. Vislumbra-se hoje alguma rediscussão do tema, via conceitos de Cidadania e de Economia Solidária. Assim, na esfera urbana, construir a Questão da Moradia, em todas as suas escalas é desafio imediato face ao paradigma da “Cidade Competitiva”, que assegura qualidade urbana apenas à parcela da cidade atrativa ao mercado.

No Brasil há que se destacar a aprovação do Estatuto da Cidade, desdobramento da Constituição de 1998, conquistado no rastro de lutas de mais de vinte anos, mas ainda com dispositivos “providencialmente” pendentes, cuja aplicação fica alongada no tempo e ainda sujeita à elaboração e aprovação de Planos Diretores municipais. Aplicado, poderá ampliar o acesso à terra urbana em condições de oferta e custo mais favoráveis.

Além da terra, outro elemento central é a capacidade de gestão e estruturação da administração Pública. Nesse sentido, a criação do Ministério das Cidades, em 2003, representa importante passo, ao reunir sob um único comando aspectos intrinsecamente ligados, necessariamente sinérgicos e no entanto usualmente dispersos em diferentes setores, com diretrizes, tempos e métodos quase sempre incompatíveis. O Ministério tratou de reunir Habitação, Saneamento e Transportes, elementos essenciais à condição urbana e ao tratamento da Habitação não como massa de unidades estanques mas como “um pedaço habitável de cidade”.

Participação da Universidade

Se Movimentos Sociais, Entidades Representativas de Profissionais, Sindicatos, ONGs têm demandas e propostas de seus respectivos segmentos. O que caberia à Universidade aportar ? A que responde ? Quais são seus compromissos e contribuições ? Responder a esse quadro representa um belo desafio à Universidade, abrangendo seus mais diversos setores de competência.

A construção de uma “Economia da Cidade”, que articule a construção da cidade e da moradia com Desenvolvimento Econômico carece de oportunidade para constituir-se. Contribuir na construção de uma nova “Questão da Habitação no Brasil e na América Latina”, abrangendo dos conceitos à articulação econômica, tecnologia e capacitação, constituição de um mercado de trabalho e de formas operacionais pode ser um bom desafio. Mas não é só disso que se trata. É essencial discutir seu papel na agenda nacional. É Nesses termos que o presente texto procura articular uma ponte entre produção do conhecimento no campo dos estudos urbanos e protagonismo na sociedade.

A habitação, enquanto parcela da condição urbana, tem a natureza de interesse público, ainda que seu uso seja privado. Até aí não seria muito diferente da Educação ou da Saúde. Ocorre que tem certas peculiaridades – além de seu valor de uso, a habitação é também uma mercadoria. Daí decorrem algumas implicações no campo do Direito e até mesmo da Cultura ou do censo comum.

A introdução em nossas ordenações jurídicas do Direito à Moradia bem como dos conceitos de função social da cidade e da propriedade é relativamente recente, estando essas últimas inscritas na Constituição de 1988 e o direito à moradia digna explicitado no Estatuto da Cidade, de 2001.

Nesses termos, uma primeira questão para a ampliação da qualidade e quantidade da habitação de interesse social diz respeito ao universo jurídico dos Direitos e da constituição de Políticas Públicas. Esse é um complexo trabalho de formulação que envolve obrigatoriamente as áreas técnicas e a área jurídica. Terá como desdobramento a necessidade de novos conhecimentos, formulações e capacitação conjunta tanto de profissionais quanto das próprias instituições.

Na formulação de propostas, um primeiro esforço se circunscreve ao campo conceitual e dos procedimentos. Há necessidade de comprometer-se com um método de trabalho e de formulação de propostas que parta não de traduzir conceitos em desenho ou em normas, mas de construir práticas / propostas / a partir da interação com a sociedade, que respondam à nossa efetiva realidade, a nossas limitações institucionais e econômicas – criativamente, sem preconceitos. O conceitualmente irrepreensível, formalizado no papel ou nas normas, em nossas condições reais, tem muitas vezes levado a desastres urbanísticos e ambientais e às mais cruéis formas de segregação.

Temos no Brasil – como de resto, na América Latina como um todo, o mau hábito de importar (na maioria das vezes sem crítica) modelos, padrões e práticas exemplares de outros contextos – econômicos e de organização da sociedade e do estado. Não é diferente nos modelos e instrumentos urbanísticos. Adotados esses padrões, sob forma de legislação, normas técnicas ou mesmo expectativa ou referência para a prática profissional, cedo nos deparamos com sua não observância. É o conhecido eufemismo das “leis que não pegam” ou da mais ampla “irregularidade” dos assentamentos e edificações.

A incompatibilidade entre a norma, o padrão e as condições reais costumam não ser reconhecidas, inclusive no meio técnico, numa operação simplificadora que atribui a irregularidade puramente à falta de fiscalização. Assim, um primeiro ponto para construir um processo de formulação e capacitação em habitação de interesse social consiste em desenvolver conhecimento partindo do pressuposto de que o atendimento deve ser universal. Isso requer um olhar sobre a realidade que apreenda a efetiva condição da maioria da população bem como as condições institucionais de provisão e gestão.

Para tanto é necessário rever conceitos e modelos, adotando-se em seu lugar padrões calcados na realidade, em que a referência seja salubridade e segurança, porém no contexto real; não o ingênuo estabelecimento de padrões ideais porém inatingíveis ou a desconsideração do inexorável crescimento da população. Uma meta intangível é um incentivo para que não seja nada cumprida. Regras são cumpridas ou ignoradas, mas dificilmente “meio cumpridas”. Melhor uma regra mais básica, passível

de ser compreendida e atendida por todos do que uma que seja mais elaborada, mais rigorosa e inviável na prática.

Criar padrões próprios para uma perspectiva de atendimento universal em Políticas Urbanas – portanto incorporando as necessidades da maioria da população exige auto-confiança e investimento em pesquisa; e que se atribua a ela respeitabilidade e status, ainda que se distancie das formulações da considerada “pesquisa de ponta”, de altíssima tecnologia. Não se pode transigir quando à precisão dos fundamentos técnicos, pelo contrário, devem ter o maior rigor, mas não se pode deixar de incorporar obrigatoriamente as variáveis de exequibilidade e capacidade gerencial no contexto real.

Por outro lado, se a Constituição introduz e o Estatuto da Cidade explicita a noção de Função Social da Propriedade, é de se considerar que o espaço urbano, que não é infinito se consideramos as limitações ambientais, carece que se considere não só parâmetros mínimos de espaço por unidade de moradia, mas limites máximos de consumo de solo per cápita, para que se universalize o acesso.

Com base nesse conjunto de elementos é que se pode pensar numa formação específica e qualificada para a ampliação da qualidade e quantidade da habitação de interesse social. Isso envolve imprimir uma ênfase ao tema nos currículos acadêmicos, mas também nas alternativas de atualização e especialização de profissionais. Implica também envolver na reflexão crítica o conjunto de instituições ligadas ao setor: instituições promotoras de habitação, instituições financeiras, registrarias, o Executivo, Legislativo e Judiciário. A cada um cabe, em seu âmbito, a revisão de conceitos, procedimentos e práticas, para que respondam às efetivas condições reais da habitação de interesse social e do amplo acesso à cidade.

Capacitar profissionais e instituições é fundamental, mas para que essa roda gire é necessário tanto que o tema receba reconhecimento enquanto Política Pública, quanto a articulação de recursos e estruturas de financiamento e gestão nos diversos níveis de governo, e a construção de um desenho que incorpore a produção da Habitação de Interesse Social na estrutura de desenvolvimento econômico. Nesse quadro é também da maior importância a constituição de um mercado de trabalho regular que incorpore os profissionais do setor. Apenas a produção do poder público, com a restrita quantidade de profissionais que consegue envolver, não é certamente capaz de dar conta da extensão nem da diversidade da demanda. Exemplos como as “assessorias técnicas” vinculadas aos municípios, as cooperativas e os projetos comunitários precisam ser considerados, tanto quanto a constituição de carreiras específicas como nos moldes da “Saúde Pública” ou as alternativas de prestação de serviços desenvolvidas por sindicatos e entidades profissionais.

No caso específico da Universidade, em sua missão precípua de ensino, pesquisa e extensão, cabem algumas reflexões particularizadas. Predomina em nossas Universidades que as atividades de caráter social – temas afetos às necessidades básicas da maioria da população, fiquem circunscritas à Extensão (que abrange toda a gama de atividades de relação com a comunidade externa). Apesar da Extensão fazer parte das atribuições acadêmicas, com frequência assume um caráter de “prestação de serviços” ou de “assistencialismo”. Representa – com frequência, a única parcela da produção universitária que se ocupa do setor popular. O desafio que se coloca é inserir essas práticas no âmbito da produção principal do conhecimento, na linha de ponta da pesquisas e do ensino. É necessário que toque efetivamente nos constrangimentos que bloqueiam a ação – grande parte deles expressão da falta não

de tecnologia e de conhecimento, mas de humildade tanto para uma ação intersetorial e que reconheça no outro um interlocutor quanto para considerar as demandas essenciais da maioria da população como um desafio “de ponta”. Para tanto é necessário reconhecer que o quadro existente de precariedades é estrutural e não conjuntural ou condição transitória. É uma evidência empírica, demonstrada pelos últimos censos e pesquisas que, por exemplo a moradia na favela não é mais, para a maioria das famílias que aí residem, um momento transitório, de passagem, mas uma condição de vida.

A maior parte do crescimento das cidades brasileiras não conta com a colaboração do conhecimento técnico formal ou também do financiamento público ou privado. A maior parte da produção das moradias nas cidades brasileiras e latino-americanas se faz fora do mercado legal privado ou mesmo das políticas de promoção pública e ao largo da legislação urbanística e ambiental existente, sem qualquer apoio técnico.

Nesse quadro, o que se pode esperar da Universidade e particularmente de áreas vinculadas à produção do espaço construído ? O laboratório nas Ciências Sociais Aplicadas é a sociedade; em Arquitetura e Urbanismo, congrega sociedade e espaço. Fazer ciência nessas áreas não pode ser apenas observação. A experimentação e a prática fazem parte da construção teórica. O desenvolvimento de projetos e sua aplicabilidade são essenciais a essa construção. Daí a importância dos projetos concretos, das experiências práticas. Com base nos projetos experimentais pode-se construir os procedimentos metodológicos.

Considerando que o tempo e recursos institucionais são limitados, a escolha de determinado objeto de estudo esvazia a possibilidade de agir em outro. Assim, é fundamental que os objetos de estudo privilegiados, particularmente nas Universidades Públicas, tenham a perspectiva das necessidades e demandas da maioria – com excelência e a melhor tecnologia.

Isso não quer dizer que se possa deixar de conhecer, e no mais alto nível, os circuitos mais restritos de exclusividade e fortemente concentrados em que opera o grande capital. Mas é fundamental avaliar o impacto dessas ações sobre os setores majoritários, de forma que esse conhecimento e essas ações não representem mais investimento público direcionado sempre no mesmo sentido, para setores já contemplados. Um bom exemplo desse debate, do ponto de vista dos estudos urbanos, é o tema das designadas Operações Urbanas, figura adotada na prática urbanística em algumas cidades brasileiras e latino americanas, a partir de experiências européias, que tem absorvido recursos intelectuais e financeiros com resultados claramente desfavoráveis à Habitação de Interesse Social e à inclusão social.

A massa de investimento social representado pelos professores e alunos na universidade, particularmente na universidade pública é algo relevante que no entanto jamais quantificamos. É com essa quantidade de investimento público que estamos lidando. Para onde se dirigir é para onde estaremos dirigindo esse inestimável investimento.

As experiências dos Laboratórios da Habitação acadêmicos, surgidos em diferentes unidades, na década de 80, tanto quanto atividades de extensão de iniciativa dos próprios estudantes vêm propiciando um conhecimento e uma experimentação que permitiram a viabilização de empreendimentos auto-geridos, com assessoria própria, qualidade de projeto e um conhecimento altamente especializado. Levaram ao conceito

de “direito à arquitetura”, com diversas experiências de políticas oficiais em administrações municipais populares e a ações localizadas com apoio de ONGs. Daí advém a percepção de que os percursos acadêmicos e de pesquisa são capazes de transformar-se em conceitos e práticas profissionais. Nesse rastro, e ainda de forma tímida pelo Brasil afora, diversas iniciativas vem se desenvolvendo no meio acadêmico, assumindo o enfoque crítico e analítico como base para a intervenção – sob a forma de projetos, programas, planos e gestão – sobre a cidade real, direcionada ao interesse público e à inclusão social. (3).

São passos no sentido de um duplo desafio: o do ensino / pesquisa / produção do conhecimento de um modo que não seja apenas transmissão / exercícios, mas inclua os estudantes na própria produção do conhecimento, e o desafio da identidade, do papel da Universidade, da representação e da articulação com outros setores sociais que compartilhem esses paradigmas.

Uma experiência em curso

É nesse quadro de experiências, que articulam pesquisa, extensão e a inclusão do ensino como parte integrante do processo, que se desenvolve na FAUUSP o projeto Moradia Social e Meio Ambiente – Reparação de Dano e Ajustamento de conduta em Matéria Urbanística. O projeto iniciou-se com o objetivo de promover alternativas de regularização para loteamentos irregulares, nas áreas de proteção dos mananciais na Região Metropolitana de São Paulo, propondo soluções urbanísticas que fossem ambientalmente sustentáveis e passíveis de regularização jurídica, no caso de ocupações já consolidadas - de moradia pobre, irregular e ambientalmente inadequada (4).

Concebido desde o início como atividade múltipla de ensino pesquisa e extensão, o desenvolvimento do projeto, que integra também o ensino regular (disciplina de ateliê do curso de graduação), vem permitindo melhor compreensão da dinâmica de implantação de loteamentos e edificações irregulares e/ou clandestinos e a avaliação de seus efeitos negativos. Tem também identificado gargalos e dificuldades no controle do uso do solo, e maneiras mais adequadas de abordagem da questão da irregularidade, com instrumentos e soluções técnicas alternativas e possibilidades novas, como o recurso ao Termo de Ajustamento de Conduta e os novos instrumentos decorrentes do Estatuto da Cidade, como o Usucapião Especial Urbano ou o Usucapião Coletivo.

O projeto representa experiência de articulação entre as práticas e metodologias do universo jurídico (Ministério Público) e da área de Arquitetura e Urbanismo, promovendo transferência de informações e recursos técnicos entre os dois campos de conhecimento e agentes públicos municipais (da RMSP) vinculados à aprovação, controle e regularização de uso e ocupação do solo. Assume também o papel de formação e consolidação da área profissional, na medida que envolve estudantes de graduação, em disciplina regular do currículo.

No que tange à pesquisa, pela própria natureza de seus objetivos, o desenvolvimento aponta para três rumos principais de investigação: aspectos técnicos (de arquitetura, urbanismo e infra-estrutura), aspectos jurídicos (regulação e jurisprudência) e aspectos de gestão (ações e práticas desenvolvidas pelos diversos agentes públicos responsáveis pela preservação dos mananciais - incluindo aplicação da legislação de controle do uso e ocupação do solo e fiscalização).

No que se refere a aspectos Técnicos atenta-se particularmente ao seguinte desafio: buscar alternativas de intervenção que viabilizem, em assentamentos consolidados de impossível adequação à legislação vigente, atingir-se uma condição de respeito ao “Espírito da Lei”, qual seja, a proteção aos mananciais.

Em relação aos aspectos Jurídicos, o trabalho é voltado à investigação de elementos que incluem: levantamento e análise de inquéritos civis, procedimentos preparatórios e ações civis relativas a assentamentos irregulares em áreas de mananciais em curso nas Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo; antecedentes de regularização urbanística e/ou registrária desse tipo de loteamentos; termos de ajustamento de conduta celebrados e padrões de compensação ambiental que tenham sido aceitos.

Quanto a aspectos de Gestão a pesquisa vai em duas direções: a primeira observa procedimentos adotados em órgãos institucionais, como Prefeituras, Secretaria do Meio Ambiente, Ministério Público e Conselhos Gestores de Bacia Hidrográfica quanto a regularização e ações de controle e fiscalização de loteamentos irregulares; a segunda associa aspectos técnicos e de gestão, buscando caracterizar situações padrão e definir diretrizes de ajustamento que possam ser adotadas para formulação de Termos de Ajustamento de Conduta.

Complexo e de raízes estruturais, o tema envolve diversos aspectos em que, no conhecimento acumulado e disponível na sociedade e no meio acadêmico, as “noções” são muitas e as certezas muito poucas – e as práticas são reconhecidamente insatisfatórias. A pesquisa representa importante espaço de reflexão e elaboração mas deve ser compreendida como apenas parte de um processo muito mais abrangente, que é lento, de construção de novas maneiras de focar o problema do assentamento em grandes cidades, o que envolve concepções de urbanismo, soluções técnicas, corpo jurídico, estrutura administrativa e gestão, provisão de recursos.

No entanto, regularizar sem interromper o moto contínuo da produção da irregularidade acaba implicando, além do sofrimento da população, em uma demanda de recursos públicos infinitamente maior, consideradas suas mais diversas ordens – da explosão da violência a maiores gastos com saúde pública ou a necessidade de soluções técnicas mais elaboradas. É nesse sentido que não basta desenvolver pesquisas, trabalhos e formação sobre alternativas técnicas para regularização mas também sobre a disponibilização de terra para habitação de interesse social e a ampliação da oferta e do acesso ao mercado regular de moradia – objetivos necessariamente em pauta na atividade acadêmica.

Dessa experiência didática e de parceria, alguns pontos vão se mostrando essenciais:

A importância da consolidação de uma articulação entre teoria e prática com pressupostos e objetivos claros. Daí decorre a formação de equipe e de parcerias, amplificação do diálogo e o estabelecimento de referenciais, aspectos fundamentais onde alicerçar o processo didático e a formação profissional.

A experimentação e a prática fazem parte da construção teórica. O desenvolvimento de projetos e sua aplicabilidade são essenciais a essa construção. Com base nesses projetos – desenvolvidos conjuntamente por estudantes, professores, pós-graduandos e profissionais (Promotores de Justiça e Técnicos

Municipais), vão se construindo os procedimentos metodológicos. O trabalho avança, no transcorrer da disciplina de graduação, pesquisa, palestras e seminários. Vai sendo paulatinamente registrado e consolidado como referência e como material didático que deverá estar consolidado e disponível a partir do primeiro semestre de 2005.

Se de um lado a experiência contribui para a construção de um currículo que capacite novos perfis de profissionais universitários para tratar dos problemas das cidades brasileiras e também latino-americanas, onde a maior parte do espaço se produz sem a intervenção profissional, de outro, admite-se que o currículo em si representa apenas uma parcela do desafio: inserir no universo acadêmico as questões afetas à cidade informal, ilegal, incorporá-la no processo didático e na pesquisa, é uma parte fundamental – mas é fundamental também, a criação de alternativas concretas de trabalho para esses novos profissionais. Qualificar a cidade e a moradia da maioria da população não pode ser um gesto de voluntariado mas constituir-se numa efetiva disponibilização desses serviços profissionais de modo extensivo e universal.

Em síntese

As diversas experiências acadêmicas que procuram articular ensino, pesquisa e extensão, buscam, em geral, desenvolver experiências didáticas e paradigmas disciplinares calcados mais na realidade e nas condições efetivamente observadas que em modelos e aproximações teóricas. Buscam inserir na cena principal da pesquisa oficial a realidade e necessidades, demandas e pontos de vista daqueles setores sociais normalmente alijados dos cânones da produção teórica e técnica academicamente reconhecida.

É evidente que tais experiência não entendem seu trabalho e propostas como soluções universais, capazes de dar conta da amplitude de necessidades, da totalidade da demanda. De uma maneira geral suas apostas são na universalização do direito à cidade e à moradia porém num quadro de diversidade de soluções. Seu espaço é experimental e dialoga com um recorte da demanda tanto quanto da forma de organização profissional. Do mesmo modo que a medicina alternativa, acabam por constituir nichos onde indivíduo, qualidade e valores humanos são valorizados – e é com esses setores que precisa articular representações.

Considerando a importância da Extensão conforme abordado, concebendo-a enquanto modalidade de pesquisa e prática de aprendizado, fica, a título de conclusão a proposta de que se reflita quanto à possibilidade de criação de um núcleo de pesquisa extensionista dentro da ANPUR. Como apoio a essa perspectiva, venho buscando mapear essas experiências bem como a inserção profissional dos estudantes e pesquisadores que a eles se vincularam. Entendo que a própria sessão temática – Ensino no campo dos estudos urbanos e regionais possa ser importante espaço para essa reflexão.

NOTAS

(1) Fundação João Pinheiro, Déficit Habitacional no Brasil, 2000.

(2) ENGELS, F. El problema de la vivienda. Barcelona, Gustavo Gili, 1974. 1ª edição: Zur Wohnungsfrage, Leipzig, 1872.

(3) Dentre essas iniciativas podem ser relacionados diversos Laboratórios de Habitação em Universidades brasileiras, em cursos vinculados à produção do ambiente

construído. Inseridos na estrutura institucional de Faculdades ou Cursos de Arquitetura e Urbanismo: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Rio de Janeiro, PUC Minas Gerais, PUC Campinas. Na FAUUSP, ele existe desde 1997, criado pela Profa. Ermínia Maricato, com objetivos de desenvolver fundamentação teórica e conhecimento técnico na área dos assentamentos humanos visando a formação de pesquisadores e profissionais para as políticas públicas

(4) Trata-se de atividade de pesquisa, com apoio da FAPESP, desenvolvida em parceria pelo Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos e Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Urbanismo e Meio Ambiente do Ministério Público, Secretarias de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente dos Municípios de Diadema, São Bernardo, Santo André e Embu, Gerência de Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal – SP. As atividades, que envolvem pesquisa, extensão e ensino (Graduação e Pós-Graduação) têm o objetivo específico de desenvolver, a partir do estudo de casos concretos, a proposição de soluções urbanísticas para mitigar os prejuízos coletivos nas situações de irregularidade consolidada e de difícil reversão, melhorando as condições ambientais e permitindo alguma solução/ regularização jurídica. Procura também estabelecer restrições e exigências que facilitem o processo de fiscalização e desenvolver parâmetros que contribuam para a elaboração dos Planos de Bacia, conforme instituído pela Lei nº 9.866/97 – Proteção e Recuperação das Bacias. Como desdobramento, pretende avançar no desenvolvimento de diretrizes de preservação / ocupação e uso do solo para áreas ambientalmente sensíveis e de mananciais na grande São Paulo – e outros grandes centros, incorporando à sua concepção ambiental e urbanística critérios e formas de aplicação, fiscalização e controle, compatíveis com a cultura e as normas jurídicas nacionais e locais e a efetiva capacidade de gestão do poder público.

Dezembro 2004